

Commissioned by



HIGH LEVEL PANEL for
**A SUSTAINABLE
OCEAN ECONOMY**

BLUE PAPER

Resumo para tomadores de decisão

A Transição do Oceano: O que aprender com as transições do sistema

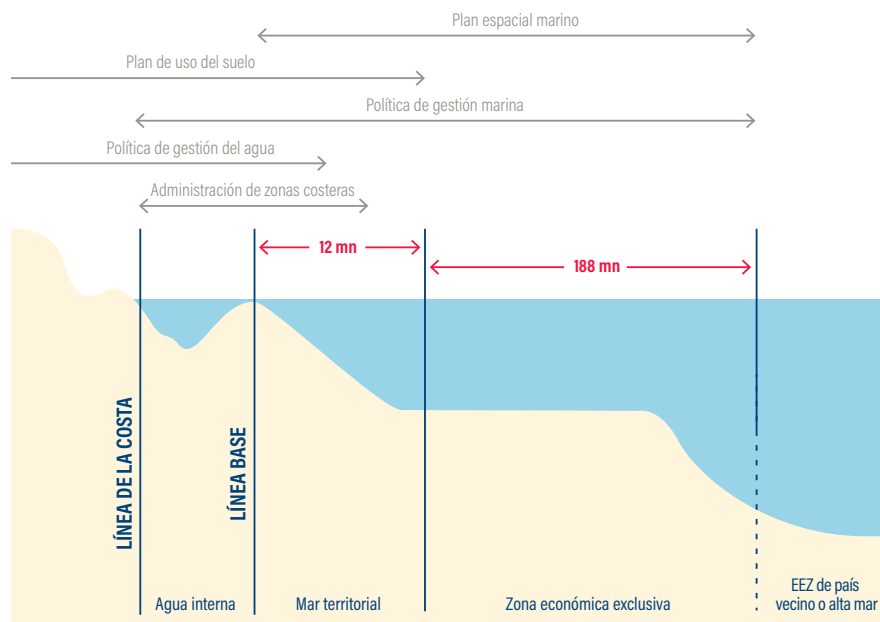
Indicadores críticos revelam que os procedimentos habituais resultarão no colapso das principais funções biofísicas do oceano, com importantes implicações para a economia e as sociedades globais. É necessária uma nova relação entre a humanidade e o oceano, a fim de garantir a continuidade dos diversos papéis de suporte à vida fornecidos pelo oceano.

É necessária uma nova perspectiva sobre as interligações complexas entre diferentes ecossistemas para uma percepção crescente de que é necessária uma abordagem mais holística à governança oceânica. O atual sistema de governança oceânica está fragmentado em diferentes fronteiras e setores administrativos, impedindo a resposta integrada necessária para enfrentar os riscos crescentes e em cascata causados pelas atividades humanas, como pesca excessiva e poluição de plásticos, e alterações climáticas no oceano (Figura 1).

A transformação para uma economia sustentável do oceano exigirá a criação de novas estruturas de governança que permitam a gestão holística dos oceanos.

Um novo artigo¹, em apoio ao Painel de Alto Nível para a Economia Sustentável do Oceano, responde diretamente a este desafio, considerando que configurações de governança facilitarão a melhor gestão do oceano como um bem comum global. O artigo analisa as condições que facilitaram as transições sociais no passado e as disposições de governança que as permitiram. Também considera as transições de sistemas que já estão a ocorrer aos níveis local, regional e global.

Figura 1. Quadros de gestão independentes e sobrepostos no sistema Source-to-Sea na Suécia



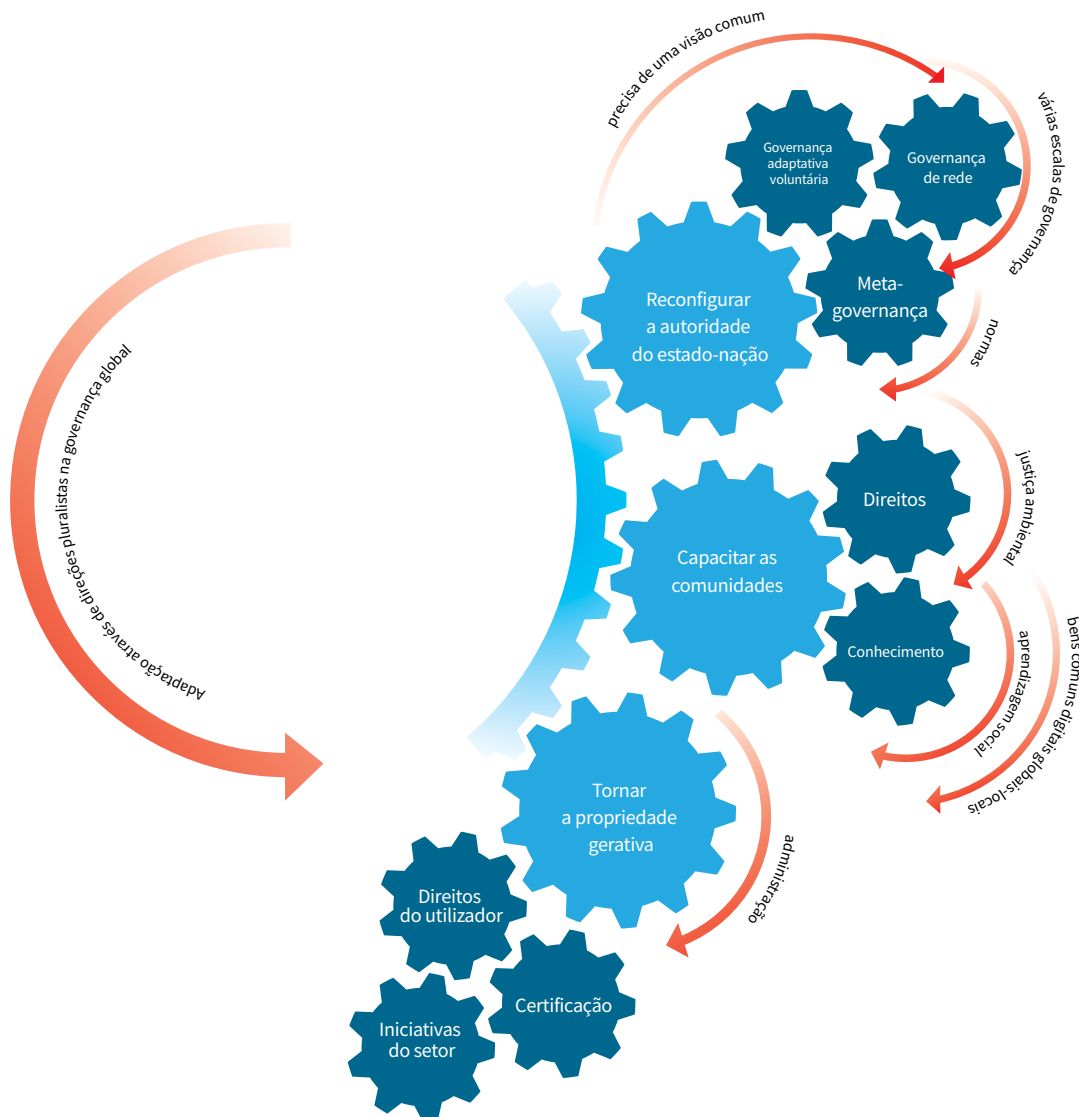
Fonte: From Mathews et al. 2019.

Para criar uma teoria da mudança para a governança oceânica, uma estrutura foi adaptada para considerar os seguintes elementos:

- **Linha de base de governança:** Descreve o regime de governança atual para o oceano.
- **Dinâmica do oceano:** Identifica as partes interessadas por setor e descreve a dinâmica em jogo nos principais setores da economia oceânica.
- **Impulsionadores da mudança:** Identifica a natureza das alterações que estão a desestabilizar o sistema (emissões de gases de efeito estufa, pesca excessiva, uso do fundo do mar e da terra e fraca governança).
- **Inovações de nicho:** Descreve como o sistema oceânico evoluiu, chamando a atenção para as tendências atuais aplicadas na governança oceânica (como gestão baseada em ecossistemas para planeamento de desenvolvimento e gestão de riscos de catástrofes, gestão de pesca baseada em direitos, administração partilhada nos negócios, monitorização de inovações para pesca ilegal, não relatada e não regulamentada, transparência da cadeia de abastecimento e justiça na sustentabilidade marinha).
- **Dinâmica de transição:** Sugere um caminho claro a seguir, com exemplos de ações tomadas aos níveis local, nacional, regional e global que demonstram transições bem-sucedidas.

A transição para um regime de governança oceânica que considere a complexidade do sistema oceânico exigirá uma combinação de estilos de governança, incluindo políticas supranacionais e diretrizes normativas, uma estrutura adaptável e flexível e uma administração de baixo para cima. O artigo propõe um conjunto de componentes e processos de governança que forneceriam um quadro global de governança oceânica para facilitar uma transição sustentável no complexo sistema oceânico (Figura 2).

Figura 2. Elementos que informam uma transição para uma governança global eficaz dos oceanos



Fonte: Autores, elementos conceituais extraídos de Bollier 2016.

Oportunidades de ação

Para promover a transição, o artigo sugere quatro amplas oportunidades de ação que podem contribuir para as transições em processo e instigar novos conjuntos de processos e dinâmicas apropriados à complexidade da gestão e governança dos oceanos:

1. APOIAR OS PROCESSOS OCEÂNICOS DA ONU

Defender a ratificação, por países terceiros, do acordo da UNCLOS

Incentivar a ratificação, implementação e operacionalização, a nível nacional, do BBNJ o mais breve possível, o mais tardar até 2025

Ratificar, implementar e adaptar o Pacto Global (ou Convenção semelhante da ONU) o mais breve possível, o mais tardar até 2025

Apoiar outras iniciativas da ONU, como PNUMA, Comunidades de Ação Oceânica, Compromissos Voluntários da Conferência Oceânica

2. CRIAR UMA NOVA ORDEM ECOLÓGICA

Estabelecer uma nova “agência oceânica” supranacional para apoiar processos e dinâmicas de transição, desenvolver normas para orientar o processo de transição, conceber quadros flexíveis e adaptativos que levem em consideração questões contextuais locais, com capacidade suficiente para adaptação às variações nos fatores determinantes dos sistemas e que permitam o desenvolvimento iterativo

Fortalecer a governança reflexiva voluntária, melhorando a divulgação de compromissos voluntários nacionais, monitorizando e coordenando compromissos

Incentivar os estados-nação a facilitar os modelos de governança policêntrica, orientados por princípios gerais de cima para baixo, mas baseados na tomada de decisões de baixo para cima quanto à utilização de recursos

3. CONTRIBUIR PARA CAPACITAR AS COMUNIDADES

Reconhecimento global de um direito humano a um ambiente ecologicamente consistente

Capacitação para uma crescente diversidade de líderes, da escala local à global, para que aprendam a desenvolver e manter as suas visões e aspirações, e também desenvolvam a capacidade de diálogo generativo

Criar um conhecimento digital do oceano e aprendizagens comuns

4. DESENVOLVER O CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO OCEÂNICA

Integrar direitos de propriedade com responsabilidades de gestão através de programas locais de direitos de utilizador, certificações e reconhecimento de iniciativas do setor

Apenas o equilíbrio entre os direitos da sociedade civil e uma liderança governamental mais forte pode evitar o risco de sobrecarregar os cidadãos com a garantia do seu futuro no sistema oceânico, ou com oportunidades de acesso desigual e distribuição de benefícios resultantes de intervenções políticas imprudentes. Alcançar esse equilíbrio exigirá maior disposição e cooperação, desde as comunidades locais à ação nacional e internacional. Os mecanismos de responsabilização, transparência e participação mais robustos também serão necessários para eliminar conflitos e permitir a partilha equitativa entre diferentes utilizadores, principalmente em áreas fora da jurisdição nacional.



Criado em setembro de 2018, o Painel de Alto Nível para uma Economia do Mar Sustentável (HLP - High Level Panel) é uma iniciativa ímpar de 14 chefes de Governo e de Estado em exercício empenhados em catalisar soluções corajosas e pragmáticas em prol do bem-estar e da riqueza dos oceanos, que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que proporcionem um futuro melhor para as pessoas e para o planeta. O Painel de Alto Nível é composto pelos presidentes ou primeiros-ministros de Austrália, Canadá, Chile, Gana, Ilhas Fiji, Indonésia, Jamaica, Japão, México, Namíbia, Noruega, Portugal, Quênia e República de Palau, e é apoiado por um Grupo de peritos, uma Rede de conselheiros e um Secretariado, que coadjuvam o Painel em matéria de trabalho analítico, comunicação e envolvimento das partes interessadas. O Secretariado tem sede no Instituto Mundial de Recursos (World Resources Institute).

O artigo aqui resumido foi encomendado pelo Painel de Alto Nível e faz parte de uma série de "Livros Azuis" que examinam os desafios prementes que cruzam o mar com a economia. Os Livros Azuis foram elaborados por mais de 160 reconhecidos peritos mundiais de 47 países. Neles se pretende resumir os últimos avanços científicos e pensamentos inovadores no que respeita a novas soluções para os oceanos, nos campos tecnológico, político, financeiro e de governança, que possam ajudar a acelerar a mudança para uma relação mais sustentável e próspera com o mar. Os Livros Azuis serão publicados de forma regular entre novembro de 2019 e junho de 2020, e disponibilizados sob a forma de Compendio editado de Livros Azuis do Painel de Alto Nível, antes da Conferência dos Oceanos da ONU, que terá lugar em Lisboa em 2020.

Os argumentos, conclusões e recomendações expostos nos Livros Azuis representam apenas o ponto de vista dos autores. Apesar de o Painel de Alto Nível apoiar a generalidade das conclusões e recomendações, não foi pedido aos respetivos membros que aprovassem os Livros Azuis, nem deve haver lugar a essa interpretação.

Para mais informações, incluindo a consulta do artigo completo, vá a **www.oceanpanel.org**.

1 Swilling, M., M. Ruckelshaus, T. Brodie Rudolph et al. 2020. *The Ocean Transition: What to Learn from System Transitions*. Washington, DC: World Resources Institute. www.oceanpanel.org/blue-papers/ocean-transition-what-learn-system-transitions